



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS INFRINGENTES NO AGRAVO
REGIMENTAL NA APELAÇÃO Nº 0033461-92.2012.8.17.0001 (0304171-6)

EMBARGANTE: CAMILA NUNES ESPIRIDIANO

EMBARGADO: NOTRE DAME EMPREENDIMENTOS E
PARTICIPAÇÕES LTDA

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ACÓRDÃO QUE, À UNANIMIDADE DE VOTOS, NÃO CONHECEU DOS EMBARGOS INFRINGENTES POR SER MANIFESTAMENTE INCABÍVEL - ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO - DECISÃO EXAUSTIVA DO TEMA, LIVRE DE QUALQUER DIFICULDADE DE COMPREENSÃO E ANÁLISE - AUSÊNCIA DE QUALQUER ERRO DE FATO OU MATERIAL, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU OBSCURIDADE QUE AUTORIZE EMENDAS AO SEU TEOR - IMPOSSIBILIDADE DE REVISITAR QUESTÕES APRECIADAS E DECIDIDAS - ACÓRDÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO E SUFICIENTE PARA O DESATE DA QUESTÃO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS, CONHECIDOS E REJEITADOS - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS INFRINGENTES NO AGRAVO REGIMENTAL NA APELAÇÃO Nº 0033461-92.2012.8.17.0001 (0304171-6), em que figuram como Embargante CAMILA NUNES ESPIRIDIANO e como Embargado NOTRE DAME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, acordam: "*À unanimidade de votos, foram conhecidos os embargos declaratórios, porém rejeitados*", tudo de acordo com o relatório, os votos e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 29 de maio de 2014.


Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS INFRINGENTES NO AGRAVO
REGIMENTAL NA APELAÇÃO Nº 0304171-6**

EMBARGANTE: CAMILA NUNES ESPIRIDIÃO

**EMBARGADO: NOTRE DAME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES
LTDA**

ÓRGÃO JULGADOR 2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

CAMILA NUNES ESPIRIDIÃO, regularmente qualificada e representada, opõe Embargos de Declaração, com fundamento no art. 535, inciso II, do CPC, requerendo sejam atribuídos efeitos infringentes, acolhendo-se o presente recurso para que seja afastada uma suposta contradição.

Contrarrazões juntadas às fls. 334/337.

É o que se impõe relatar.

Recife, 06 de maio de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
 Gabinete do Des. Patriota Malta

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS INFRINGENTES NO AGRAVO
 REGIMENTAL NA APELAÇÃO Nº 0304171-6**

EMBARGANTE: CAMILA NUNES ESPIRIDIANO
EMBARGADO: NOTRE DAME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
ÓRGÃO JULGADOR: 2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

Examinando as razões delineadas nos aclaratórios entendo que inexistente o que sanear ou aclarar no Acórdão embargado.

As questões postas na lide foram examinadas e decididas pela Câmara Julgadora, não havendo obscuridade, contradição ou omissão no julgado, cujo resultado desfavoreceu a posição sustentada pela Embargante.

Saliento que a função dos embargos de declaração é, exclusivamente, afastar do julgado qualquer omissão, não permitir a permanência de obscuridade, por acaso existente, e ainda, extirpar da decisão qualquer contradição entre a premissa argumentada e a conclusão assumida.

Acerca da intenção dos embargantes, vale explicitar que o Colendo STJ já assentou que:

“...mesmo nos embargos declaratórios com fins de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados no art. 535, do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material)” (v. STJ-1ª Turma, REsp. 11.465-0, SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 23.11.92, rejeitaram os embargos, v.u., DJU 15.2.93, p. 1.665, 2ª col., em.).

Resumem-se, portanto, tais recursos, ao afastamento de vícios relativos à compreensão do decidido judicialmente e, inexistindo quaisquer dos vícios retromencionados, como no presente caso, descabidos são os aclaratórios.

O que constato é o mal disfarçado propósito da Embargante no sentido de ressuscitar a discussão sobre o mérito da questão e que não vejo como dar guarida à míngua de atrativo no âmbito destes Embargos.

Assim, como acima exposto, não havendo nada a aclarar, suprir ou declarar, **VOTO PARA QUE ESSES EMBARGOS SEJAM JULGADOS IMPROCEDENTES.**

É COMO VOTO.

— Recife, 28/05/2015